

Na Praça da Matriz, tensão provoca confronto entre servidores e polícia

Bombas de gás lacrimogêneo foram usadas pelos brigadianos em serviço contra manifestantes

Bruna Suptitz

brunas@jornaldocomercio.com.br

A apreciação do pacote de ajuste fiscal apresentado pelo governador José Ivo Sartori (PMDB) teve um início tenso na Assembleia Legislativa, na tarde de ontem. O ambiente de contrariedade ganhou espaço do lado de fora do prédio, onde funcionários públicos se reuniam desde a manhã para protestar contra o conjunto de medidas.

Por volta das 14h, um grupo de servidores derrubou parte dos gradis colocados para isolar um dos acessos da Assembleia Legislativa. O ato gerou reação por parte da Brigada Militar (BM), que faz a escolta do local e evita a entrada do funcionalismo. Os policiais da Tropa de Choque usaram bombas de gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes.

O primeiro confronto durou cerca de 10 minutos. Por volta das 15h40min, houve novo confronto entre a polícia e os servidores que estavam na parte externa da Assembleia, sem acesso ao plenário. Gradis que dão acesso ao prédio foram derrubados novamente, e a Tropa de Choque agiu para conter os manifestantes.

Na noite de ontem, o comandante-geral da Brigada Militar (BM), coronel Alfeu Freitas Moreira, manifestou preocupação com a “infiltração de pessoas alheias aos manifestantes que estão lá só para tumultuar”. De acordo com o militar, são “pessoas que a gente já conhece de outros eventos, pessoas que fazem arruaças durante as manifestações e que estão infiltradas acirrando os ânimos dos que estão ali na frente da Assembleia e do Piratini, causando muitas vezes o confronto com a BM”, disse, em um áudio divulgado pelo aplicativo WhatsApp. Moreira disse ainda que a presença de mascarados prejudica a “manifestação democrática dos servidores do Estado”.



Tropa de choque guarneceu a entrada lateral da Assembleia para impedir o ingresso de militantes

Os servidores mobilizados em frente à Assembleia Legislativa, em Porto Alegre, ganharam reforço de mais representantes do funcionalismo público estadual durante o dia de ontem. Com o início da votação do pacote de reestruturação do Estado, os manifestantes aumentaram a vigília com barulho de buzinas, apitos e com discursos em carro de som.

Entre as medidas a que o grupo se manifestava contrário, as principais são as que promovem a extinção de fundações e órgãos, que juntas representariam mais de 1,2 mil servidores demitidos.

Uma das principais reclamações do grupo reunido na Praça da Matriz, em frente ao Parlamento gaúcho, era a dificuldade de acesso ao plenário para acompanhar as votações.

Das três galerias da Casa, apenas uma pôde ser ocupada por manifestantes, tanto os contrários como os favoráveis ao pacote do Governo. Com isso, as entidades sindicais dividiram as senhas en-

tre as categorias interessadas em acompanhar a votação.

A Companhia Riograndense de Artes Gráficas (Corag) conseguiu enviar representantes ao plenário. Do lado de fora, o servidor Jackson Pereira Nascimento, que ingressou no último concurso para o preenchimento de cargos, realizado em 2013, falou da esperança em contar com o apoio do PTB, já que o PDT se manifestou contrário à extinção do órgão.

Luiz Carlos Noal, que é funcionário da Corag há 34 anos, alerta que, caso o projeto seja aprovado, os trabalhadores seguirão mobilizados para mostrar ao governo o impacto da extinção dos órgãos.

O impacto negativo com a perda de empregos também é avaliado por Ismael Ferreira, guarda portuário e concursado há seis anos na Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH).

“Fizemos concurso como todos os outros servidores do Estado. Aí chega um governador e diz que vai tirar quem fez concurso.

Minha instituição tem 70 anos, e é claro que vou defender, mas dói no meu trabalho”, lamenta o servidor da SPH.

Uma das tentativas de partidos como o PDT e PTB para debater o papel de cada instituição é desmembrar os projetos de lei, que agrupam mais de um órgão na mira da extinção do governo. Um dos casos é a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro). O pesquisador de saúde animal da fundação, José Reck, crê que a votação em separado “aprofunda a importância e reestruturação que cada um precisa ter”.

Ainda assim, as entidades atingidas reclamam do pouco tempo para debate disponibilizado pelo governo. Anderson Jesus, analista na Fundação de Recursos Humanos (FDRH), conta que a defesa dos servidores do órgão foi pela retirada do regime de urgência do pacote. “É muito pouco tempo para discutir, mostrar 44 anos de trabalho. Todas as fundações estão fazendo isso”, avalia.

Funcionários estaduais fazem ato na FEE

Leticia Bay

leticiab@jornaldocomercio.com.br

Em protesto contra o pacote do governo do Estado, que começou a ser votado na Assembleia Legislativa ontem, servidores da Fundação de Economia e Estatística (FEE) realizaram um abraço simbólico em frente ao prédio onde fica a sede da FEE.

Representantes das outras fundações, também ameaçadas de extinção, como a Fundação Piratini (TVE e FM Cultura), a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), a Fundação Zoobotânica (FZB) do Rio Grande do Sul, a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) e a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), também protestaram no local.

O grupo começou a concentração às 10h, antes da coletiva que divulgou os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) para o mês de novembro. O ato teve início às 11h, com manifestações políticas contra o governador José Ivo Sartori, apitaços, cornetas e cartazes, que pediam pela não aprovação do projeto. Representantes das fundações e de sindicatos fizeram discursos da sacada do prédio.

Para a coordenadora técnica do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Lúcia Garcia, essa extinção fere princípios da Organização Internacional do Trabalho, portanto, ela não significa o desligamento desses funcionários, conforme o governo tem anunciado.

Lúcia ressalta que há também um movimento do Ministério Público do Trabalho, questionando a desinformação que está na base da tentativa de aprovação desse pacote. “Há uma grande mobilização”, destaca a economista.

Representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT) também participaram da manifestação. Claudir Nespolo, presidente da CUT gaúcha, destaca que a fundação realiza um trabalho fundamental, que serve de suporte para várias das políticas públicas do Estado. “Nós não temos dúvidas de que esse trabalho que as fundações fazem vai continuar sendo feito por empresas terceirizadas”, ressalta.

Servidores penitenciários decretam paralisação até fim da apreciação

O Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado (Amapergs) decidiu paralisar as atividades da categoria a partir do fim da tarde de ontem. A medida é um posicionamento contra os projetos que

atingem os agentes da Superintendência de Serviços Penitenciários (Susepe) e que estão incluídos no pacote de medidas em tramitação na Assembleia Legislativa gaúcha. A paralisação deve continuar até

pelo menos o fim da votação.

Antes, os servidores ligados ao Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia do Rio Grande do Sul (Ugeirm) já haviam decidido cruzar os braços contra o

pacote. Até o fim da votação, não devem ser cumpridos mandados de prisão, entrega de intimações e demais operações de polícia judiciária no Estado, com exceção de flagrantes e casos graves.